

EDITORIAL

Apresentação do Volume 12 N° 2 de julho-dezembro de 2014

“MOVIMIENTOS JUVENIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA IBERO-AMÉRICA E NO CARIBE”

Em 2012 a revista *Youg* publicada pela rede nórdica de pesquisadores sobre juventude, reconhecida como uma referência internacional neste campo, dedicou um *special issue* à América Latina. Na introdução deste número, os editores identificam três grandes tradições nos estudos sobre a juventude no subcontinente (Feixa-Pàmpol & Oliart, 2012)¹. A primeira dessas tradições vê os *jovens como atores políticos* e se concentra no estudo dos movimentos juvenis. O movimento de reforma universitária na Argentina em 1918, que inspirou uma série de reformas universitárias em toda a região é considerado como momento que funda o surgimento de uma mudança geracional e na liderança dos movimentos sociais. Este cenário foi recorrente nas décadas seguintes. O que gerou uma série de escritos, primeiro como ensaios filosóficos e políticos, e mais tarde como investigação social e histórica que sem dúvidas deixou um rastro histórico, mas também uma tradição de estudos sobre os movimentos de jovens como protagonistas de transformações políticas, que segue viva na América Latina e no Caribe.

A segunda tradição vê os *jovens como problema social* e se concentra no estudo da exclusão e da inclusão social. A mesma floresceu no contexto da profunda crise econômica e social da década de 1980, mas continua atual. Grupos de jovens são considerados tanto o problema como as vítimas mais vulneráveis da agitação social e da crescente violência urbana. Realizado principalmente por ou para instituições públicas e publicado como literatura cinza, este *corpus* de investigação se ocupa da juventude como objeto de políticas públicas. Depois de 1985 (Ano Internacional da Juventude) agências estatais e organizações não-governamentais ou agências de cooperação promoveram a pesquisa “aplicada” sobre a juventude, com o objetivo de “integrar” a juventude marginal ou rebelde em processos de coesão social.

A terceira tradição vê os jovens como cidadãos e se centra no estudo das culturas e políticas emergentes. Também surgiu no final de 1980 e na década de 1990, paralela à anterior, mas ao invés de centrar-se nos aspectos problemáticos da juventude vulnerável, reconheceu a energia criativa, as práticas críticas e os estilos de vida alternativos promovidos por jovens na busca de enfoques diferentes para a compreensão das subjetividades juvenis e das culturas. Em sintonia com as tendências atuais na investigação social e cultural sobre os jovens, e também muito bem fundamentados, estes estudos analisam a relação dinâmica entre a juventude e a mudança cultural. Influenciados por renovados enfoques teóricos, os investigadores buscam uma compreensão da diversidade de realidades juvenis, as mudanças e as tendências em seus comportamentos coletivos e a condução criativa nas tensões entre as agendas locais e globais.

* * *

¹ Feixa-Pàmpol, C. & Oliart, P. (2012). Youth studies in Latin America. Changes, Exchanges, Challenges. Editorial. *Young*, 20 (4), pp. 327-328. DOI: 10.1177/110330881202000401. <http://you.sagepub.com>.

Este número da *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* resulta de uma chamada aberta sobre o tema “Movimentos juvenis, participação política de jovens e políticas públicas de juventude na Ibero-América e no Caribe”. Embora, ao final tenham sido incorporados outros aportes o que resultou em um número miscelâneo, vale a pena retomar o texto da convocatória pois o mesmo resume o contexto social, político e acadêmico o qual demarca os artigos contidos no mesmo.

Nos últimos trinta anos, houve avanços relevantes no campo das políticas públicas de juventude, mas as mesmas não alcançaram êxito em convocar efetivamente as novas gerações oferecendo espaços exageradamente institucionalizados para a participação juvenil e não respondem com programas pertinentes e à altura dos principais problemas que afligem as juventudes da Ibero-América em diversas medidas e formatos. Alternativamente, são gestadas diversas formas de participação juvenil autônoma, à margem das políticas públicas correspondentes, que tem conseguido canalizar mais e melhor o crescente “mal-estar” que existe entre as novas gerações que percebem que mesmo em contextos de crescimento econômico sustentado, a exclusão que os afeta não cessa, e embora as desigualdades sociais medidas em termos de renda também começam a diminuir, o mesmo não ocorre com outras desigualdades, especialmente aquela que separa as gerações.

No plano internacional, os protestos gregos, a primavera árabe e o movimento *Occupy Wall Street* constituem três exemplos representativos do alcance destes movimentos que apesar de responderem a causas locais e nacionais diferentes, se definem em dinâmicas de redes, em um contexto de uma crise financeira global que afeta os jovens com particular virulência. No plano Ibero-Americano, a irrupção do movimento dos indignados na Espanha e em outros países altamente desenvolvidos e dos estudantes chilenos na cena pública (seguindo inclusive em outros contextos nacionais, como Colômbia e Brasil, entre outros, embora em menos medida) se some a estes a presença nas ruas do movimento mexicano “eu sou 132” mostrando claramente que a suposta “apatia” juvenil não era muito mais do que um mito de que muito se falava mas que pouco refletia o estado de ânimo das novas gerações, interessadas em participação cidadã, mas que não está disposta a aceitar os “formatos” que eram oferecidos (por meio de partidos políticos que não contam com níveis de legitimidade sequer mínimos para tais propósitos, por exemplo). Os novos movimentos juvenis mostram pouca semelhança com os mais tradicionais, mas nem por isso mostram menos pujança e entusiasmo no momento de expressar suas reivindicações centradas na luta por uma “educação pública, gratuita e de qualidade” e ou maior transparência na gestão pública junto com uma maior pluralidade de enfoques e pontos de vista nos meios massivos de comunicação. Trata-se por tanto de respostas autônomas, gestadas a partir dos próprios grupos juvenis que recusam -em paralelo- as políticas públicas de juventude que pretendem “entreter” e ou “controlar” as novas gerações, que têm sido apresentadas pelas grandes cadeias midiáticas como o novo “inimigo” a ser combatido.

A própria gestão das políticas públicas de juventude tem oferecido “aprendizagens” relevantes, revelando que o enfoque predominante até o momento, centrado na criação de espaços específicos para a juventude (casas da juventude, cartão jovem, etc.) fracassou, enquanto -em paralelo- os movimentos de mulheres têm alcançado mais e melhores impactos, operando sobre a base de incorporar a “perspectiva de gênero” em todas as políticas públicas, o qual leva a propor um modelo alternativo no campo das políticas de juventude, centrado no objetivo de dotar de uma “perspectiva geracional” ao conjunto de políticas públicas, dando-lhe a necessária continuidade aos esforços dedicados em relação às crianças, adolescentes e jovens, buscando também as conexões correspondentes com as políticas públicas destinadas a adultos e velhos seguindo o ciclo das idades correspondentes. Mas entre as definições teóricas e as realidades efetivas existem notórias distâncias, diferentes de acordo com os casos nacionais nos quais tais particularidades se redefinem. Isto justifica e convida a refletirmos profundamente sobre as questões de fundo e de forma em que tais variantes implicam, revisando os esforços que estão sendo realizados em diferentes países da região, tendo centralmente em conta os diversos contextos (econômico, social, político e culturais) em que tais políticas públicas operam. Neste marco, certas perguntas já não fazem mais sentido e que foram centrais no passado recente

(existem ou não políticas de juventude?; há vontade política nos governos para encarar respostas diferentes das tradicionais neste campo?) e em seu lugar surgem outras mais férteis na busca de modelos alternativos (como responder proativamente às crescentes violências relacionadas aos jovens?; como garantir mais e melhores inserções efetivas no trabalho para as novas gerações?; como construir contextos mais saudáveis para o desenvolvimento juvenil?; como canalizar mais e melhor as evidentes energias juvenis para o desenvolvimento humano em nossas sociedades?) que começam a orientar estudos e investigações específicas.

Em termos comparados, deveríamos poder responder se - por exemplo - no marco de países com governos “progressistas” são alcançados melhores resultados, neste campo, do que em países com governos “conservadores”, ou se no marco de economias dinâmicas são alcançados impactos mais ou menos equitativos nos diferentes setores da população, comparando com aqueles países onde os efeitos da crise foram sentidos em maior medida. Com relação às novas formas de participação política, esta mesma perspectiva comparada pode permitir destacar as distintas táticas e estratégias utilizadas pelos movimentos juvenis antes mencionados, que combinam antigas formas de mobilização coletiva (herdeiras dos movimentos estudantis, urbanos, contraculturais do século XX) com novas formas de protesto (que nascem e se expandem viralmente a partir das redes sociais e do ciberespaço, sob a influência dos movimentos por uma globalização alternativa do século XXI). As perguntas de investigação pertinentes podem ser: O que leva estes jovens a participar destes movimentos?; Qual é o papel da internet e das redes sociais na organização social dos protestos?; Como reagem as instituições sociais diante destas demandas dos jovens?; Como estes movimentos influenciam nas políticas públicas e especialmente nas políticas de juventude?

* * *

Os treze artigos incluídos neste número podem ser agrupados nas três grandes tradições destacadas no início deste texto. Em primeiro lugar a visão dos jovens como atores sociais está presente em vários artigos que abordam a relação entre juventude e participação política em arenas como os movimentos antiausteridade, de prestação de contas em nível local, a politização em nível nacional e a participação eleitoral. Anna Planas-Lladó, Pere Soler-Masó y Carles Feixa-Pàmpols apresentam e discutem a situação das políticas de juventude na Espanha no contexto atual de austeridade e de drásticos cortes sociais; partem dos parâmetros do triângulo mágico que une as políticas, a pesquisa e o trabalho social com jovens sinalizando os riscos de que este se converta em triângulo das Bermudas que leve à invisibilização dos jovens e a sua exclusão do poder. Rubén Alejandro Rosas-Longoria e Víctor Daniel García-García avaliam as políticas públicas juvenis implementadas em três municípios do Estado do México, México, concluindo que as administrações municipais não alcançaram realizar exercícios cidadãos de transparência e prestação de contas, como preconiza a controladoria o que impede a necessária sinergia entre poderes públicos e jovens. Miriam Kriger estuda a politização juvenil nas nações contemporâneas a partir do caso argentino, questionando a passagem da despolitização à politização dos jovens nas últimas décadas. Gonzalo Contreras-Aguirre e Mauricio Morales-Quiroga estudam o efeito do voto voluntário no Chile, descobrindo o paradoxo de que ao invés de incentivar o voto juvenil na últimas eleições presidenciais a participação se reduziu a níveis históricos e os jovens seguem sendo o grupo com menos predisposição a votar.

Em segundo lugar, a visão dos jovens como problema está presente em vários artigos que exploram as barreiras econômicas, sociais, sexuais e emocionais que dificultam a inclusão social. Nicté Soledad Castañeda-Camey aborda o imaginário juvenil sobre a imigração, a partir de um estudo de caso sobre a emigração de Guadalajara. México, aos Estados Unidos, mostrando como este se forma a partir de expectativas de trabalho, econômicas e educativas, mas também por desejos, ilusões e expectativas desde o afetivo e o emocional. Marina Medan avalia o impacto de programas para jovens de setores desfavorecidos, a partir de um estudo de caso na Grande Buenos Aires (Argentina), destacando que a dependência estatal pode proteger os usuários de riscos circundantes. Marta Ceballos-Fernández

explora a construção da identidade homossexual de jovens no marco familiar heteroparental, a partir de um estudo de caso na Espanha, apontando que a família atua como um fator de risco. Outros estudos a partir da psicologia transitam da visão patologizante clássica a outra que prioriza aspectos positivos e resilientes na atitude dos adolescentes. María Julia Raimundi, María Fernanda Molina, Mariel Giménez e Claudia Minichiello analisam o significado subjetivo dos “desafios” no processo de amadurecimento social do adolescente de Buenos Aires, Argentina. Luciana Flores- Battistella, Márcia Grohmann e Carolina Iuva de Mello avaliam as percepções a respeito das políticas públicas de bem-estar a partir de um estudo qualitativo com estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Em terceiro lugar a visão dos *jovens como cidadãos* está presente em vários artigos que abordam formas criativas de participação juvenil por meio do grafite, das novas tecnologias e da música (o que se denomina “culturas juvenis”). Jesús Gómez-Abarca analisa o grafite como expressão político-cultural juvenil, a partir de um estudo de caso em San Cristóbal de Las Casas, México, mostrando como, por meio destas práticas culturais os jovens se (re)apropriam dos espaços públicos, questionam o ordenamento sócio-espacial e geram disputas em torno da definição da paisagem urbana. Héctor Rolando Chaparro-Hurtado y Claudia Maritza Guzmán-Ariza analisam como se constroem e se reconstroem as novas formas de identidade em relação à cultura midiática em sujeitos jovens urbanos escolarizados na cidade de Villavicencio (Colômbia) mostrando processos de subjetivação juvenil em que as tecnologias digitais permitem novas formas de identificação consigo mesmos, com o entorno e com outros. Alexandre Bárbara-Soares e Lucia Rabello-de Castro enfocam a cena musical *underground* contemporânea na cidade do Rio de Janeiro, expondo alguns dos aspectos contemporâneos da dominação e dos exercícios possíveis da resistência no âmbito cultural. Maria Natália Matias-Rodrigues e Jaileila de Araújo-Menezes discutem a experiência de mulheres jovens *rappers* a partir de um estudo de caso na cidade do Recife, Brasil; por meio de suas músicas, conseguem espaços de visibilidade, podem desafiar os códigos do movimento *Hip Hop* propondo novas formas de pensar e de ter voz e voto, em uma sociedade marcada por valores machistas.

* * *

Este número da revista se ancora em pesquisas com origem em várias disciplinas (antropologia, sociologia, psicologia, economia, educação, comunicação, ciência política, etc.), combina metodologias quantitativas e qualitativas (pesquisas, testes, estudos de caso, entrevistas em profundidade, observação participante, etc.), e cobre seis países diferentes (Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México e Espanha). A maioria dos estudos se situa nos últimos cinco anos, por onde indiretamente pode-se entrever o contexto da crise financeira internacional e da emergência de novíssimos movimentos sociais, de novas modalidades de cultura juvenil e de formas renovadas de subjetivação juvenil. É importante recordar que este número monográfico é fruto do trabalho da Rede Ibero-Americana de Pós-Graduação em Infâncias e Juventudes, RedINJU do Clacso, do Grupo de Trabalho Clacso “Juventudes e Infâncias: políticas, culturas e instituições sociais na América Latina” e conta com a cooperação de algumas das principais revistas latino-americanas sobre juventude como a chilena *Última Década*, a cubana *Estudio*, a revista de *Ciências Sócio-Políticas e do Trabalho*, do Brasil e a Revista Argentina de Estudos sobre Juventudes, iniciativa de colaboração editorial que pretende-se que tenha continuidade no futuro.

* * *

Na Terceira Seção estão o Índice acumulativo por autores e o Índice temático seguidos da informação completa sobre a I Bienal Latino-Americana de Infâncias e Juventudes: Democracias, Direitos Humanos e Cidadanias, que se realizará de 17 a 21 de novembro deste ano na cidade de Manizales, Colômbia. E também a Universidade Mariana, localizada na cidade de Pasto, Colômbia, convida ao I Encontro Internacional de Grupos de Investigação para o qual as inscrições estão abertas

desde 25 de abril. Ao final desta seção a revista se une e apoia o desenvolvimento de um novo domínio científico que se inscreve no manifesto: “Ciência da Sustentabilidade: uma revolução científica” por meio do qual a *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* se soma ao chamado dirigido à comunidade científica e movimentos sociais para o desenvolvimento de uma Ciência da Sustentabilidade que contribua com a necessária e urgente superação da atual situação de emergência planetária e torne possível a transição para a Sustentabilidade.

A Quarta Seção apresenta duas interessantes entrevistas realizadas por Lorena Natalia Plesnicar a dois pesquisadores latino-americanos: Martín Hopenhayn e Sara Victoria Alvarado que foram realizadas no marco do Programa Posdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, realizado no mês de maio deste ano em Tijuana, México, na qual os entrevistados são professores. Nesta mesma seção e como aporte à I Bienal Latino-Americana de Infâncias e Juventudes: Democracias, Direitos Humanos e Cidadanias é disponibilizado um exercício criativo com narrativas de meninos, meninas e jovens publicadas na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Esta lúdica coreografia de testemunhos foi realizada por Carlos Alberto González-Quitian e Gloria Patricia Quintero-Serna.

Duas resenhas bibliográficas fazem parte do corpus deste número: “Sentidos da exclusão Social”, realizada por Marina Medan com base no trabalho de mesmo nome de Valeria Llobet. Do livro “Matizes da globalização no contexto da primeira infância. Pontos de vista da Índia, África do Sul, Canadá e Colômbia”, publicado pela Concordia University, University of Alberta e Cinde com a autoria de Ailie Cleghorn, Larry Prochner, Luz Marina Vivas-Hoyos e Leonor Isaza-Merchán, incluímos a apresentação que faz Alejandro Acosta, Diretor geral do Cinde.

Apresenta-se o resultado da comissão de trabalho “Democracia, Direitos Humanos e Cidadania: Infâncias y Juventudes na América Latina e no Caribe” que funcionou durante la IV *Escuela de Posgrados*, organizada pela RedINJU do Clacso na cidade de Tijuana, México, no mês de maio deste ano, publicamos com autoria de Gloria Alcocer, Óscar Bueno, Jhonnatan Curiel, Jesús Cárdenas, Fabiana Espíndola, Maria Victal, Natalia Galeano, Antonia Garcés, María Clara Márquez, María Nelcy Muñoz, César Nureña y Cinthia Wanschelbaum, a sistematização: “Jovens na América Latina e no Caribe. Diretrizes e Reflexões para a investigação e ação a partir de Tijuana, México”.

Por último apresenta-se uma relação bibliográfica de teses, artigos e livros sobre infâncias e juventudes dos Centros de Documentação das três regionais do Cinde em nível nacional (Bogotá, Medellín e Manizales).

* * *

Em 30 de junho deste ano vence o prazo para o envio de artigos que aspiram publicação pela convocatória “Infâncias, instituições sociais e contextos políticos na América Latina e no Caribe”, Volume 13 No. 1 de janeiro-junho 2015.

No marco da I Bienal Latino-Americana de Infâncias e Juventudes: Democracias, Direitos Humanos e Cidadanias serão realizados os encontros de Editores de Revistas em Infâncias e Juventudes com a participação de varias publicações da América Latina, do Caribe e da Espanha (web bienal: <http://bienal-clacso-redinju-umz.cinde.org.co/>).

No mês de maio a revista foi indexada na Categoria A2 de Publindex, Colciências, Colômbia, com vigência até 30 de junho de 2015. Esperamos neste segundo semestre a resposta de Scopus y de Thomson Reuters para a inclusão no Social Science Citation Index.

Neste primeiro semestre do ano de 2014 a revista foi recebido no Left Index(the) Ebsco Host (Base bibliográfica com comitê de seleção) e nas seguintes bases de dados e bibliotecas: Sherpa/Rome, Base-Bielfeld Academic Search, Engine, Unam-Universidad Nacional Autónoma de México, BDCol: Biblioteca Digital Colombiana, Google Académica, OCLC WorldCat, Copac, Recolecta-Recolector de Ciencia Abierta, CC-Creative Commons.

As ações empreendidas pela equipe humana envolvida na edição da revista se orientam pelo avanço permanente da produção de conhecimento gerada nas universidades e centros de investigação

da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal, com o fim de impactar as políticas públicas, os programas e projetos que permitam uma maior qualidade de vida de nossas meninas e meninos e jovens; esse é o nosso principal objetivo.

O editor convidado,

Carles Feixa-Pàmpols

Universitat de Lleida, Espanha

O diretor-editor,

Héctor Fabio Ospina

Editoras associadas,

Sônia Maria da Silva Araújo

Universidade Federal do Pará, Brasil

Liliana Del Valle

Secretaria de Educação de Medellín, Colômbia

Marta Cardona

Integrante do Coletivo Coordenadora do Mestrado em Educação e Direitos Humanos da Universidad Autónoma Latino-Americana, Medellín, Colômbia.